
045ª SESSÃO ORDINÁRIA 21MAIO2018

(Texto com revisão.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Associação dos Moradores do Bairro Bom Jesus, que tratará de assunto relativo à situação dos postos de saúde e a relação com o controle social em nossa Cidade. O tempo regimental de 10 minutos para manifestação será dividido entre duas oradoras. A Sra. Maria Encarnacion Morales Ortega, representa a Associação dos Moradores do Bairro Bom Jesus, e a Sra. Maria Letícia de Oliveira Garcia, Presidente do Conselho Municipal de Saúde, estão com a palavra.

A SRA. MARIA ENCARNACION MORALES ORTEGA: Boa tarde a todos. Há mais de 30 anos a Associação dos Moradores do Bairro Bom Jesus – Ambojes, está inserida nas lutas sociais, principalmente na área da saúde. A Ambojes sempre teve representantes no Conselho Municipal de Saúde; mesmo antes de ele existir oficialmente, já tínhamos na região Leste CLIS 7, onde era discutido tudo o que se referia à saúde, pois só existia um postinho de saúde que ficava no porão do salão da Igreja Bom Jesus. Dentro da Ambojes iniciou-se a luta por um serviço de saúde, e hoje temos o Centro de Saúde e o pronto atendimento Bom Jesus, funcionando a todo vapor há 22 anos com qualidade.

A Ambojes e a região Leste têm muito a agradecer ao Conselho Municipal de Saúde por termos hoje um pronto atendimento totalmente municipal, pois, naquela época, a gestão já queria privatizá-lo, entregando-o à Santa Casa. Como deve ser do conhecimento de todos os Srs. Vereadores, no final do ano passado, houve eleição para a nova coordenação do Conselho Municipal de Saúde. No início do ano fomos pegos de surpresa com a tal intervenção do Conselho Municipal de Saúde perpetrado pelo Secretário da Saúde. Não conseguimos entender tal absurdo, pois, se o Secretário não concordava com a chapa vencedora, por que não impugnou a eleição? Se tinha dúvidas quanto à composição do plenário, por que não questionou? Chamamos a atenção dos Srs.

Vereadores que a composição do Conselho Municipal de Saúde foi aprovada por esta Casa, e só esta Casa é que poderá alterá-la, não o Secretário da Saúde. Ao chegarmos para a posse da nova coordenação do Conselho Municipal de Saúde, nos deparamos com uma situação inusitada: cadeiras no pátio da Secretaria emprestadas pela Associação dos Funcionários da Saúde, Guarda Municipal, Conselheiros e convidados proibidos de entrar no auditório, que fica dentro do prédio da Secretaria. Até hoje, não conseguimos entender o total desrespeito do Secretário Municipal da Saúde com o controle social, isso é inadmissível, pois foi o controle social que ajudou a Secretaria a fazer muito para a melhoria da saúde para a população de Porto Alegre.

Para finalizar, a Ambojes é totalmente contra essa intervenção no Conselho Municipal de Saúde, e somos favoráveis ao diálogo entre todos, pois o diálogo é o melhor remédio para a saúde da população e para um SUS fortalecido. Minha fala era essa, muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Convidamos a Sra. Maria Encarnacion Morales Ortega a fazer parte da Mesa.

SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA: Boa tarde, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, todos que estão assistindo a esta Sessão do plenário da Câmara, especialmente os Conselheiros do Conselho Municipal de Saúde aqui presentes; para os que não me conhecem, o meu nome é Maria Letícia, como foi dito pelo nosso Presidente, eu sou assistente social, sou servidora pública do Município de Porto Alegre e trabalho no Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul há 25 anos. Como trabalhadora da saúde, represento o Conselho Distrital de Saúde no Conselho Municipal de Saúde e, nessa condição, fui eleita Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre. Como bem falou a nossa Conselheira Encarnacion, com relação aos fatos ocorridos, vimos aqui afirmar que o Conselho de Saúde, ao contrário do alegado pelo Sr. Secretário de Saúde, é um órgão colegiado, de caráter permanente e deliberativo, com autonomia, sem subordinação ao Poder Executivo, em função da própria competência para realizar o controle social. Portanto, ao Município incumbe prover ao Conselho os recursos necessários à sua atuação e não controlar a atuação do Conselho. A instância máxima de deliberação do Conselho é o seu plenário e é a quem compete instaurar processos eleitorais, nomear

comissões, e responsabilidade por todo o processo eleitoral até a posse. As eleições para o núcleo de coordenação foram conduzidas pela comissão eleitoral constituída por decisão do plenário, portanto, regimentalmente legais. Ainda cabe destacar, que o Secretário da Saúde, como membro nato do Conselho Municipal de Saúde e do Núcleo de Coordenação, se fez representar, nesse período, em todas as plenárias realizadas, manifestando a concordância com as deliberações adotadas, não tendo sido registrada nenhuma contrariedade com relação às deliberações do plenário, nem na véspera das eleições. Considerando que tais atos do gestor denotam extrapolar as competências legais do Executivo sobre o Conselho de Saúde, além de explicitar uma postura autoritária, antidemocrática e de abuso de poder, retirou as condições materiais e logísticas para o pleno exercício do Conselho de Saúde, em todas as suas instâncias e no âmbito municipal, o que foi relatado pela unanimidade dos presentes e repudiado na Conferência Nacional de Vigilância em Saúde, tanto pela Conferência como aos Conselhos Nacional e Estadual de Saúde. Diante da gravidade desses fatos, os integrantes do núcleo de coordenação, eleitos para o biênio 2018/2019, representaram junto ao Ministério Público Estadual, que ajuizou ação civil pública requerendo liminarmente a retomada e tornando sem efeito as determinações do Memorando do Secretário. Assim como também representamos ao Ministério Público de Contas, que também numa ação similar, determinou que o Conselho de Saúde, então, retomasse as suas atividades e que o Secretário se abstinhasse de interferir nas decisões do Conselho Municipal de Saúde, por não ter competência para tal. As medidas obstativas do funcionamento do Núcleo de Coordenação praticadas pelo Secretário de Saúde acabaram por afetar as atividades do Conselho, bem como o próprio serviço público na área da Saúde, colocando em risco a sua continuidade, em prejuízo à saúde pública. Por isso estamos aqui, neste momento, por decisão liminar, contribuindo com as nossas ações e fazendo o que nos compete. Nós ainda precisamos que o Conselho de Saúde retome o seu papel e cumpra com as suas ações, que são de poder deliberativo, para poder deliberar em todas as ações de saúde, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros. Esse Conselho, que já tem história nesta Cidade, e esta Casa já conhece, que, por muitas vezes, conseguiu contribuir de forma relevante para que os recursos da saúde fossem aplicados de forma a atender às necessidades da população, e que, em muitas vezes, em mais de uma ocasião, conseguiu fiscalizar para que esses recursos não

fossem desviados, como foi o caso dos recursos desviados pelo Instituto Sollus. Então, o nosso agradecimento e a nossa solicitação a esta Casa, que é a casa que fiscaliza as ações do poder Executivo, assim como o Conselho Municipal de Saúde cabe fiscalizar as ações do Executivo. A nossa expectativa em relação à posição de vocês, de todos os Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, é que contribuam para que essas ações sejam, de fato, fiscalizadas, e as ações de saúde sejam de fato efetivas e cheguem a quem mais precisa, que é a população de Porto Alegre. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Convidamos a Sra. Maria Letícia de Oliveira Garcia a fazer parte da Mesa.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu posso falar com propriedade na medida em que acompanhei todo o processo eleitoral do Conselho Municipal de Saúde – como a sala estava fechada, a posse dos novos conselheiros foi no pátio da Secretaria Municipal da Saúde. Eu creio que lamentavelmente o Secretário Municipal de Saúde cometeu uma de suas maiores gafes quando não reconheceu o controle social, não deixando ele ser organizado, tentando interferir. Se couber aqui uma posição da nossa Bancada é que ele possa reconhecer, como reconhece muitos dos conselhos distritais, quando vai discutir a política de saúde regional, quando quer apoiar a clínica, a unidade de saúde, e tudo mais. O controle social é representado exatamente pelo Conselho Municipal de Saúde. E nós, nesta Casa, não podemos nos eximir da enorme responsabilidade, seja de fiscalização, como também de apontamentos da Secretaria Municipal da Saúde. Então, neste sentido, queria parabenizar a vinda de vocês aqui, não só apoiar como reforçar aqui o bom trabalho que o Conselho faz, que os conselhos distritais fazem, e que o Pronto Atendimento da Bom Jesus possa ter um profícuo trabalho e valorização dos profissionais. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Oliboni. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Agradeço ao nosso Líder de oposição, Ver. Marcelo Sgarbossa, ao PT e ao PSOL. Quero dizer a Maria Encarnacion, a quem conheço há tantos anos, dedicando a vida à saúde lá na Bom Jesus; e a Maria Letícia, quero fazer essa primeira reflexão: são todas e todos voluntários que atuam pela saúde do Município, cumprindo preceitos legais, conquistas da sociedade, de fazer o controle social, de viabilizar à população que controle a política pública, que vote nos projetos, que tenha escuta com autonomia e tenha, através do Conselho e das suas representações regionais, o controle e a fiscalização da aplicação dos recursos da saúde. Acho que não tem sistema mais virtuoso do que esse, construído com a sociedade; o sistema SUS tem esses mecanismos maravilhosos – em todas as regiões as pessoas se dedicam muito a isso. Nós nos espantamos que ainda não esteja resolvido esse tema da posse do Conselho, da posse não, porque foi pela Justiça, obrigando a reconhecer o processo, mas ainda virem medidas obstativas – ainda copiei a expressão – ao funcionamento do grupo de gestão do Conselho – isso é inaceitável! Inaceitável! Cabe à Secretaria dar condições aos Conselhos para funcionarem, em especial ao Conselho de Saúde, com tantas demandas. Cabe preservar a autonomia, participar ativamente e respeitar as deliberações do Conselho. Nós não vamos aceitar menos do que isso na Cidade da participação. O Ver. Airto Ferronato pediu que eu referisse que ele teve que atender um outro compromisso e que nós criamos a Frente em Defesa dos Conselhos, a qual será instalada na sequência. Vereadores de vários partidos estão apoiando essa autonomia, essa necessária capacidade de trabalho com autonomia dos Conselhos. Parabéns pela luta de vocês, contem conosco.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver.^a Sofia Cavedon. O Ver. André Carús está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (PMDB): Primeiro, Maria Letícia, quero saudar a tua manifestação. Quando eu fui Presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente desta Casa, no ano passado, tivemos no Conselho um grande parceiro do acompanhamento das nossas ações de fiscalização sobre o serviço de saúde pública na Cidade e também

na busca por melhorias. É inadmissível que se tenha num processo que foi realizado, democrático, uma intervenção que o Poder Público nada pode fazer. Na verdade, o Poder Público que é fiscalizado a partir desse controle social, que é prerrogativa dos Conselhos Municipais. Então, nosso apoio para que essa situação se normalize o mais breve possível e que o Conselho possa se somar, Presidente Valter, a todas as ações que são desenvolvidas pelo Parlamento em favor da saúde e dos usuários do SUS em Porto Alegre. Maria Encarnacion, estivemos diversas vezes juntos, em outros momentos, na SMAM, no DMLU, atendendo demandas da comunidade. No ano passado, somente eu, pelo mandato, ou também pela COSMAM, com o acompanhamento dos nobres colegas Vereadores, estivemos lá no pronto atendimento da Bom Jesus. As demandas por segurança, por maior número de recursos humanos, por mais equipamentos são constantes, inclusive tivemos lá uma boa receptividade, não apenas da comunidade, mas também dos servidores públicos municipais que lá atuam. O que houve, de fato, é o que nós não sabemos por que até agora não se tem uma efetivação, por parte da Secretaria Municipal de Saúde, do número total de técnicos de enfermagem que já deveriam estar nomeados porque temos um concurso público pronto. Isso qualifica o atendimento não somente da Bom Jesus, mas da rede básica em seu todo, como dos outros prontos atendimentos. Então, fica aqui o registro, tenho certeza que são lutas em que nós continuaremos juntos e à disposição para acompanhá-los.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Vereador. O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Sr. Presidente, quero também fazer uma saudação a Sra. Maria Encarnacion, que traz esse assunto relativo aos postos de saúde, principalmente o controle social, essa preocupação relativa ao Conselho de Saúde. E, ao mesmo tempo em que faço uma saudação e me refiro aqui a esta pauta que foi trazida à tribuna, acho importante também que o plenário tome ciência que tramita nesta Casa, desde o final do ano passado, um projeto de lei de emenda à Lei Orgânica, que pretende modificar os termos do art. 101 da lei Orgânica. Foram feitas duas diligências, uma por mim e outra pelo Ver. Adeli Sell, no sentido de esclarecer quais as verdadeiras intenções

desta alteração na Lei Orgânica, que nos parece ter por objetivo descaracterizar a legitimidade dos conselhos, o que não contribuiria para o processo democrático de construção de soluções que ocorrem por parte da contribuição dos conselhos e do controle social. Eu quero aqui chamar a atenção do Presidente Valter, que também, por força de lei, foi Presidente do Conselho do Plano Diretor, assim como eu, quando fui Secretário do Planejamento. O primeiro conselho de Porto Alegre foi o do contribuinte em 1938; o segundo foi do Plano Diretor em 1939, e a gente sabe o quanto é importante toda aquela estrutura que se criou em torno dos oito fóruns regionais de planejamento, fazendo uma comparação, da maneira legítima como são eleitos, a contribuição que cada um dá a partir da estrutura da lei, que é o Plano Diretor, que organiza aquele determinado conselho. Então, mesmo forças que se propõem a ter opiniões divergentes sempre contribuem para o debate. Então, eu quero dizer que nós reiteramos aqui a compreensão de que é muito importante que os conselhos sejam legítimos e sejam efetivamente eleitos e constituídos por quem os representam nas mais diversas esferas de atuação da sociedade, e que isso possa ser aperfeiçoado e que a gente não retroceda. Então, fica essa consideração do PDT na tarde de hoje. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Márcio Bins Ely. O Ver. Roberto Robaina está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Sra. Maria Encarnacion e Sra. Maria Letícia, eu quero parabenizá-las e falar uma questão muito breve. Nós, o Presidente Valter Nagelstein, inclusive, sempre reivindica muito que o Parlamento tenha peso próprio, não só tenha autonomia, mas que tenha poder, que tenha capacidade, portanto, de planejar a execução. Eu acho que esse modelo do Parlamento ter força é melhor do que o modelo do Executivo ter a força predominante. Eu acho que o Parlamentarismo é um avanço em relação a uma linha do Executivo dominante. Mas acho que é muito importante a atividade dos conselhos, porque eles permitem uma democracia ainda superior, que é uma democracia com capacidade de ter um elemento de vínculo direto com os setores organizados da sociedade. Infelizmente, nós temos visto que é o oposto o que tem ocorrido, o Executivo concentra poderes e trata de esvaziar os conselhos. Tratar de

esvaziar os conselhos faz com que, evidentemente, nós tenhamos um quadro em que o poder do povo seja menor, inclusive do que é hoje. Eu acho que a luta, portanto, que vocês fazem para que os conselhos tenham poder, sejam ouvidos, sejam respeitados, é uma luta fundamental para a construção de uma democracia verdadeiramente popular, que nós não temos e que acreditamos que o fortalecimento dos conselhos permite que nós tenhamos mais condições de lutar por uma democracia dessa natureza. Portanto, deixo para vocês os parabéns da bancada do PSOL, em meu nome, do Ver. Alex Fraga e da Ver.^a Fernanda Melchionna. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): Cara Maria Letícia, cara Maria Encarnacion, é uma satisfação tê-las aqui conosco na tarde de hoje, falo em meu nome, em nome do Ver. Reginaldo Pujol. E quero dizer que mesmo que algumas vezes não tenhamos os mesmos pensamentos com relação às ações de saúde, mas, sem dúvida nenhuma, o respeito à instituição Conselho Municipal de Saúde, Conselho Distrital de Saúde, associações comunitárias, aos cidadãos de Porto Alegre, o respeito tem que preponderar, assim como a consideração aos processos já existentes que caracterizam esta Cidade. Então, a nossa solidariedade a esse processo, temos certeza de que a lisura preponderou e que, sem dúvida nenhuma, a sensibilidade do Secretário Municipal de Saúde deve ser retomada para que ele realmente volte a colocar as coisas no lugar, ou seja, conselho eleito democraticamente com todas as suas prerrogativas reservadas. Parabéns pelo trabalho e contem com a nossa solidariedade.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Dr. Thiago.

Com isto nós concluímos o período de Tribuna Popular. Agradeço a presença da Sra. Maria Encarnacion Morales Ortega e da Sra. Maria Letícia de Oliveira Garcia, desejo que tenham uma boa semana e sucesso. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h45min.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): (14h46min) Estão reabertos os trabalhos. Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, os assuntos são muitos e palpitantes, principalmente no âmbito desta Casa, mas estou um pouco encucado, Presidente Valter Nagelstein, porque recentemente o senhor presidiu aqui, e confesso que não sei as conclusões, a CPI sobre as teles. Há 30 minutos li uma matéria na Zero Hora, que já está na Casa – nosso Diretor Luiz Afonso pode nos dizer depois se já chegou a esta Casa – um projeto do Sr. Prefeito que mexe e altera nesta situação das Estações Radiobase, esses paliteiros que nós temos em Porto Alegre. É verdade que a SMAM sempre dificultou a licença ambiental para a instalação de Estações Radiobase, sempre houve a luta dos ambientalistas contra a instalação destas, mas, sem elas, nós não teríamos a telefonia móvel. O que acontece com este projeto vindo para cá? Vai regularizar 70 antenas de Estação Radiobase que, até hoje, não foram regularizadas, o que até aí está tudo bem. Agora, tem um passivo de multas, Sr. Presidente, não sei se o senhor pode depois informar se é mais de R\$ 50 milhões ou R\$ 70 milhões, um passivo de multas que os órgãos da Prefeitura, inclusive a SMAM, aplicaram nas teles, porque não cumpriram as determinações da lei vigente. E eu leio, surpreso, do Sr. Procurador Dr. Marisco, que ainda não se tem uma decisão do que vai se fazer com esse passivo, inclusive levantando a possibilidade de haver contrapartida para zerar essa dívida. Ora, vejam só, como diria o Ver. Ferronato, não é bem assim! Se a Prefeitura precisa de dinheiro, Ver. Adeli, se a Prefeitura está quebrada, como diz o Prefeito, será que não está na hora de cobrar esse dinheiro das teles, R\$ 70 milhões, em vez de entupir esta Casa com urgência de 16 projetos?

Ver. Adeli Sell (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) O Ver. Valter Nagelstein foi presidente de uma CPI das teles, que fizemos nesta Casa, eu fui o relator da Mesa, prazerosamente, e constatamos que sim, a Prefeitura não cumpria algumas das suas funções por causa da legislação, mas também por falta de pessoal e por outros problemas burocráticos. De uma outra empresa só, e estou bem lembrado dos números, são mais de R\$ 36 milhões; de uma empresa. Portanto, eu sou da mesma opinião de V. Exa.: paguem, aprovamos a lei e tocamos o baile. Mas que paguem!

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Exatamente isso. Este projeto do Executivo tem os dois lados, vou repetir: regularizar 70 Estações Radiobase, que nunca foram regularizadas; mas tem um passivo por descumprimento das teles, que chega a R\$ 70 milhões ou mais. Então, não dá para aceitar só a contrapartida das teles para zerar isso. Eu lembro, quando eu era Secretário da Copa, que levei muita pressão das teles. Porque uma delas era patrocinadora da FIFA e da Copa. E eu, na mídia, todos os dias falava: “Olha, se não investirem em tecnologia, teremos um fiasco, teremos um colapso nas telecomunicações.” Imaginem milhares de turistas e pessoas em Porto Alegre, centenas de jornalistas enviando para o mundo áudios, imagens, transmissão ao vivo de televisão. Tudo isso sem que nós tivéssemos as condições em telecomunicações. E eles ameaçavam, e eu me recusei, na época, como Secretário, a recebê-los individualmente. Eu só recebi as teles, todas elas, numa mesma reunião. Porque, na realidade, eles reclamavam muito porque teriam que fazer investimentos, porque só uma que patrocinava a Copa, porque só essa que ganhava visibilidade. Bom, acabou vindo para esta Casa um projeto, porque antes do projeto inicial desta Casa, ainda quando o PT era Governo, as Estações Radiobase não podiam ser instaladas, deveria haver pelo menos 100 metros de distância das escolas, dos hospitais. Mas as coisas avançaram, as tecnologias avançaram, a ciência avançou, mas não comprovou, até agora, se há irradiação eletromagnética realmente, ou se não há; se faz mal ou se não faz mal, se contamina ou não contamina. Nesse estudo, e já ocorreram vários estudos em relação a isso, ninguém conseguiu chegar a um denominador comum. Pois bem, esta Casa alterou. Hoje as Estações Radiobase não são mais fiscalizadas pela distância de escolas, de hospitais, de asilos, a lei diz que deverão ser fiscalizadas pela frequência. Pela frequência! E aí eu pergunto, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores e Sr. Presidente, quem faz a fiscalização

pela frequência? Quem já fez a fiscalização pela frequência? Qual órgão já fez a fiscalização pela frequência? Não sei se a CPI teve resposta para isso. Agora, eu sou capaz de afirmar que, desde que essa lei foi mudada na Casa, nunca houve uma medição da frequência para saber exatamente o que aquela antena está transmitindo. Então, aqui, eu faço com isso um alerta aos órgãos públicos. Se a lei diz que tem que ser feita a medição da frequência, para verificar, pois, dependendo da frequência, tem um limite nessa lei que pode fazer mal à saúde das pessoas ou não, é um alerta. Os órgãos públicos precisarão fazer, imediatamente, porque hoje nós não temos mais essas grandes antenas, essas Estações Radiobase, já com a nova tecnologia e já na Copa, as pequenas anteninhas no topo dos prédios. Essas, sim, tiveram estudo. E não tem nada que possa ir contra o funcionamento delas. Agora, as Estações Radiobase que aí estão até hoje, 70 irregulares que vão ser regulamentadas com esse projeto, mas tem esse passivo dessa multa de R\$ 70 milhões ou mais que fazem muita falta à Prefeitura de Porto Alegre.

Vereador Marcelo Sgarbossa (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Bosco, primeiro eu o cumprimento por levantar com antecedência esse tema. Vamos verificar o que tem na Casa tramitando. Eu não lembro se foi há dois ou três anos que nós votamos essa Lei a qual o senhor se referiu. Eu faria só duas contribuições ao debate. Primeiro, já há estudos que mostram que são nocivas as ondas eletromagnéticas. A Organização Mundial da Saúde, inclusive – só não lembro qual é a faixa – diz que há um potencial dano à saúde

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Recente, então?

Vereador Marcelo Sbarbossa (PT): Não é tão recente, há três ou quatro anos.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Então, a OMS não tinha uma posição oficial sobre isso?

Vereador Marcelo Sbarbossa (PT): Agora tem. Enquadra, não lembro, na faixa dois ou três. Mostra. Inclusive os próprios fabricantes de celular recomendam que o uso do celular seja feito a, pelo menos, 1,5 cm do corpo. Ou seja, eles mesmos admitem, no seu manual

de instrução, que há alguma frequência transmitida. Então, a primeira questão é a seguinte: aqui não vale o princípio da prevenção, vale o princípio da precaução. Não é prevenir; se você tem dúvida, não exponha população. E a outra contribuição é sobre a questão da medição da frequência. Eu mesmo testei isso e quero recomendar. Só temos um funcionário, e eu não sei o nome inteiro dele, da SMAM, ele se chama Preto. Você requisita e ele vai lá com um aparelho. Fiz isso para ver se ele, realmente, conseguia atender. Precisa requisitar. Ele me disse: faça por escrito, senão não consigo atender. Só que esse aparelho é importado, e só tem um aparelho em Porto Alegre. Só ele faz, só esse servidor, e esse aparelho está descalibrado. Precisa ser mandado, se não me engano para a Alemanha ou Holanda, não lembro o País, para fazer a regulagem. Ele não está regulado. Então, recentemente encontrei o servidor aqui, e ele me disse que, parece, vamos ter o aparelho regulado. Então, realmente é precária, e a população está exposta a riscos que nem ela sabe. Portanto, vale a pena termos total atenção a essa possível nova mudança.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Acolho o seu aparte Vereador, assim como acolhi o aparte do Vereador Adeli Sell, e quero dizer que vou me dedicar ao estudo desse projeto. A Cidade precisa, realmente, regulamentar essas Estações Radiobase que ainda existem e que não podem ser removidas, porque, sem elas, as anteninhas de prédios não dão vazão para atender tudo o que precisamos, no sinal do celular, que tem de ser cada vez melhor. Mas vou deixar claro aqui que, se este projeto estiver casado, se aprovar a regulamentação e não cobrar o passivo de multas de R\$ 70 milhões das teles, eu vou votar contra esse projeto. Tem de pagar, a Prefeitura precisa de dinheiro. Pelo menos é o que diz o Sr. Prefeito. Muito obrigado Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Eu só queria contribuir, Ver. Marcelo e Ver. Bosco, até porque, como disse o Ver. Adeli, fui presidente da CPI, com duas informações muito rápidas. A primeira: a OMS caracteriza a radiação emitida como cancerígena no mesmo nível do café, da energia e da luz solar. Todos eles são cancerígenos e classificados da mesma forma. O café também, que consumimos, é cancerígeno, a luz solar, obviamente, também. Todos nesta mesma classificação. Na

verdade, quanto mais antenas tivermos espalhadas pela Cidade, menos energia esta unidade que fica colada na caixa craniana emite. (Mostra o celular.) Porque para o 4G é importante que tenham mais antenas. Eu só não entendo, e o que ficou comprovado na CPI, é que, desde que – um ano antes da Copa – flexibilizamos a legislação aqui, o investimento das operadoras foi ínfimo. Houve uma opção das operadoras em não investir. E mais do que isso, Ver. João Bosco Vaz, nós já havíamos liberado a possibilidade da instalação de ERBs em canteiros, em rótulas. Tem uma aqui na rótula das Cuias, e eu acho que é a única que está funcionando em Porto Alegre, mediante um pagamento de aluguel à municipalidade, e as empresas optaram por não fazer. Poderia ter em vários canteiros da Cidade. Na rótula da Av. Nilo Peçanha, em vários lugares, na rótula da Av. Assis Brasil, na altura da FIERGS. Poderia ter, mas...

(Aparte antirregimental do Ver. Dr. Thiago.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Deixa eu lhe dizer o seguinte, Ver. Dr. Thiago, vou lhe pedir...

(Aparte antirregimental do Ver. Dr. Thiago.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Presidente não pode falar agora, Ver. Dr. Thiago?

(Aparte antirregimental do Ver. Dr. Thiago.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Não vou admitir esse tipo de desrespeito, Ver. Dr. Thiago. O senhor tem me desrespeitado nas redes sociais, eu sempre lhe tratei com respeito.

Vereador João Bosco Vaz (PDT): Sr. Presidente, só para esclarecer ao Ver. Dr. Thiago que eu havia feito esse pronunciamento e o senhor estava me passando as informações que eu havia pedido da tribuna porque o senhor presidiu essa CPI sobre as teles, e eu não tinha algumas informações.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Muito obrigado, Ver. Bosco. Apenas bom senso. O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Sr. Presidente, Ver. Valter Nagelstein, Vereadores e Vereadoras desta Casa. Há quase dois anos houve a invasão dos sobrados destinados a abrigar os remanescentes da Vila Dique. Na mesma época também houve uma invasão do Loteamento Senhor do Bom Fim, apartamentos e casas destinados a abrigar parte da Vila Nazaré. Depois de uma boa negociação, uma longa negociação, os invasores foram retirados dos prédios. Porém deixaram um passivo muito interessante, vandalizaram.

(Procede-se à apresentação de PowerPoint.)

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Estou passando só os prédios da Vila Senhor do Bom Fim, onde vandalizaram, arrancaram portas, marcos, janelas, caixas de correspondência e deram prejuízo elevado para a Caixa Econômica Federal. Ainda não havia liberado esses prédios para a ocupação de parte dos moradores da Vila Nazaré. A outra parte, Ver. Oliboni, será feita lá no Loteamento Maristas, para onde irá o saldo dos moradores da Vila Nazaré. O prejuízo, estimado pela Caixa, é de várias e várias, talvez uma centena de casas que poderiam ser construídas para habitação popular e que serão gastos para recuperar esses prédios, esses apartamentos. É de se lamentar também esse prejuízo e o consequente atraso nas obras de ampliação do nosso Aeroporto Salgado Filho. Deixo aqui somente registrado para V. Exas verificarem o quanto pode trazer de prejuízo à sociedade essas invasões inadequadas.

Mas, eu quero dar notícias boas. Por exemplo, a duplicação, a expansão da Av. A. J. Renner, que vai desde a Vila Dona Teodora até a Av. Padre Leopoldo Brentano, lá na área da Arena. Essa expansão, essa duplicação, essa ampliação é uma contrapartida da OAS, que foi assumida por uma subsidiária chamada Fraport, e o projeto está em fase final de aprovação lá Secretaria de Obras. Então, esperamos que logo seja aprovado esse projeto, a empresa está com os recursos disponíveis, porque o problema ali da Av. A. J. Renner é o excesso de trânsito e uma pista de cada lado, e essa avenida, a A. J.

Renner, é importante, porque desafoga o trânsito que vem da BR-448 e da BR-116. Ela é extremamente importante para a mobilidade urbana de Porto Alegre. Também uma notícia boa que nos dá o nosso colega Ver. Luciano Marcantônio é que as obras da Av. Ernesto Neugebauer finalmente terão continuidade no início do segundo semestre. É uma obra importante, uma opção à BR-116 ali por dentro da cidade de Canoas, via Av. Guilherme Schell. Então, são boas notícias para os porto-alegrenses e para a Região Metropolitana, porque sabemos que a BR-116 está esgotada, e a Ernesto Neugebauer acessando a Guilherme Schell é uma bela opção do trânsito, vai desafogar tanto a BR-448 quanto a BR-116.

Sobre o turismo de eventos. Porto Alegre, Ver. Adeli Sell, é considerada a terceira cidade em turismo de eventos do Brasil – a terceira capital –, mas a nossa participação ainda é pequena. Em primeiro lugar fica São Paulo, com 44% dos turistas em eventos; o Rio de Janeiro com 23%, e nós, o terceiro, com apenas 4,2%, ou seja, 10% de São Paulo. Temos chance de ampliar e discutir mais essa ampliação exatamente com a criação do nosso centro de eventos, que agora não teve um bom evento, porque o IAB entrou com uma representação no Tribunal de Contas para cancelar a licitação feita, mas esperamos que o Município recupere isso logo, porque há, no meu entendimento, um equívoco desses amigos.

Esperamos, então, que os R\$ 60 milhões disponíveis, há mais de três anos, Ver.^a Lourdes, sejam finalmente aplicados no Centro de Eventos para fortalecer o nosso turismo, que já é bom, mas ainda é pequeno. Esperamos também que a nossa orla – ao menos uma parte dela – seja em breve entregue à população. A orla, já denominada Moacyr Scliar, vai embelezar a nossa Porto Alegre e fortalecer o nosso turismo de lazer, porque o turismo de eventos é ligado ao turismo de lazer, também.

Vereador Adeli Sell (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu quero aproveitar este momento para que, se possível, possamos fazer juntos, V. Exa. como Presidente da Frentur, e eu como seu Secretário – muitas vezes, não pude participar, no último período, por problemas de agenda, V. Exa. sabe disso. Nós precisamos solicitar para a Prefeitura que utilize mais adequadamente o seu *site* geral e os vários *sites* das Secretarias para divulgar eventos em Porto Alegre. Primeiro, quando existem, estão escondidos; em segundo lugar, deixam de acontecer. Eu, às vezes, fico

impressionado. Eu, quando sei de um evento, divulgo, às vezes, mais do que uma Secretaria atinente àquele evento. Então isso está errado. Eu acho que V. Exa. e eu, de modo especial, a Frente em seu todo, deveríamos inclusive assinar coletivamente esse pedido, mostrando. A sua assessoria pode verificar isso que eu estou falando. Eu acho que este é um dos grandes problemas da administração atual, e na passada era a mesma coisa: a não utilização adequada do seu sítio eletrônico para divulgar os eventos da cidade de Porto Alegre.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): V. Exa. tem toda razão. O nosso calendário de eventos ainda tem muito a ser melhorado e mais divulgado. Também quero dar uma boa notícia, que todos já sabem, sobre a continuação das obras da trincheira da Rua Anita Garibaldi, está em bom andamento, esperamos que seja agora acelerada.

Também temos uma notícia alvissareira, provavelmente, na próxima sexta-feira, ou mais tardar na segunda-feira, já estarão resolvidos os problemas burocráticos de um plano extremamente importante para a cidade de Porto Alegre, que é macrodrenagem da bacia do Arroio da Areia, que pretende fazer oito bacias de contenção na nossa Cidade, reformular e ampliar a casa de bombas Sílvio Brum, também compõe vários condutos forçados; é um investimento de R\$ 107 milhões que deve ser iniciado no fim da semana ou, mais tardar, a semana que vem. É extremamente importante para a nossa Cidade.

Hoje temos a visita do Sindilojas, que veio divulgar a Feira Brasileira do Varejo. Porto Alegre cedia a maior feira do varejo nesta área, que vai acontecer a partir do dia 28, com uma inauguração. E aproveito a oportunidade para convidar a todos, às 9h30min da manhã, próxima segunda-feira, na FIERGS. O evento continua nos dias 28, 29 e 30, das 9h30min até às 19h30min. Todos estão convidados a comparecer na Feira Brasileira do Varejo, um evento importante, patrocinado pelo Sindilojas, que tanto tem contribuído com o desenvolvimento da nossa Cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Solicito às Lideranças que se aproximem da Mesa. (Pausa.) O Ver. André Carús está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (PMDB): Sr. Presidente; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; público que nos assiste aqui e pela TVCâmera, quero abordar um tema, em nome da nossa bancada e utilizando o tempo de liderança, que, tenho certeza, afeta o dia a dia da Cidade, não só do cidadão que se desloca para o seu local de trabalho, mas também dos trabalhadores que se socorrem ou que vivem dessa atividade. Nós temos um aumento abusivo no valor dos combustíveis, em Porto Alegre, já há bastante tempo. Em 2017, os aumentos foram crescentes, e obviamente há uma influência nacional nisso, mas os postos de combustíveis com sede em Porto Alegre - e isso já foi denunciado pela ANP, Agência Nacional do Petróleo, em janeiro - estão praticando preços acima da média nacional. A ANP, em janeiro, por exemplo, vistoriou 39 postos na Capital e chegou a conclusão de que a média no País, que a cobrança pelo litro da gasolina, era de R\$ 4,25, e aqui em Porto Alegre estava acima, em R\$ 4,31. Agora, mais recentemente, da metade da última semana para cá, um novo aumento foi registrado e isso divulgado em todo o Brasil, Ver.^a Mônica. Esse aumento vai, obviamente, repercutir em todos os que trabalham na Cidade, desde as empresas que prestam serviço de transporte coletivo, taxistas, como naqueles que trabalham também no transporte por aplicativos – enfrentamos essa matéria há pouco tempo aqui na Câmara. O aumento é anunciado para o Brasil inteiro, em R\$ 0,27, na refinaria, de acordo com o litro, o valor que é praticado. Pois bem, até mesmo no dia 5 de junho, que é o Dia Nacional da Liberdade de Impostos, os líderes desse movimento e os postos que são aderentes a esta iniciativa, já disseram que não vão cobrar os R\$ 2,00 que iriam cobrar pelo preço da gasolina, porque em função desse novo aumento, vão aumentar para R\$ 2,50, no simbolismo do que se cobra pelo litro da gasolina. Então, eu não consigo entender por que Porto Alegre, que já é emperrada pela burocracia; que é uma Cidade que, às vezes, não se faz amigável ao empreendedorismo; que muitas vezes retarda ou repele investimentos importantes, ainda possui postos de combustíveis – não na sua totalidade, mas na maioria – que praticam preços acima da média nacional. E quem é penalizado é o cidadão, que quer abastecer o seu veículo particular; é o trabalhador; esses três segmentos que fiz referência, desde o transporte coletivo de massa, até os taxistas e o transporte que é realizado por aplicativos. O Procon de Porto Alegre, na última sexta-feira, 18 de maio, fez uma pesquisa, e corroborando com o que havia dito a ANP, em janeiro, continua afirmando que Porto Alegre está praticando preços acima da média nacional. O preço médio da

gasolina em Porto Alegre, de janeiro para cá, subiu R\$ 0,14. O mais baixo, hoje, se nós formos fazer uma pesquisa, é cobrado R\$ 4,39; e o mais alto chega ao absurdo de R\$ 4,64. A média, que é cobrada em Porto Alegre, é de R\$ 4,39, confirmando esse aumento de R\$ 0,14, em quatro meses. Quero aqui deixar uma sugestão para a Câmara de Vereadores, Presidente Valter, que tem liderado movimentos importantes na Cidade: hoje, os protestos de caminhoneiros foram registrados em diversas rodovias do Rio Grande do Sul e do Brasil. Entre os dias 2 e 4 de junho já se organizam movimentos dos veículos e daqueles que são responsáveis pelo transporte por aplicativos em Porto Alegre. Uma convulsão social se avizinha em função dessa cobrança e dos reajustes abusivos dos combustíveis, para que a ANP e o Procon não só divulguem as pesquisas, mas adotem as medidas necessárias, punindo aqueles estabelecimentos que cobram preços abusivos no combustível. A ANP não tem que só vir aqui vistoriar e não tomar nenhuma medida. O Procon de Porto Alegre, da mesma maneira, em que, na sexta-feira, divulgou esses valores, confirmando que o aumento, em quatro meses, foi de R\$ 0,14, deve, com base no Código de Defesa do Consumidor, Legislação Federal, tomar as medidas necessárias. Já vi estabelecimento de toda ordem em Porto Alegre ser interditado por muito menos, mas uma das razões para se interditar um estabelecimento é quando ele fere o interesse do consumidor, cobra preço abusivo, acima da média nacional. Então, fica aqui o apelo para que possamos encaminhar à ANP para que volte a Porto Alegre, vistorie esses postos, registre, mais uma vez, o preço e o reajuste abusivo, e que o Procon de Porto Alegre não só divulgue seus canais de atendimento para denúncias ou pesquisas com relação aos preços altos, mas que deixe de prevaricar neste tema, e tome as medidas necessárias - para isso existem leis -, já que a base maior é o Código de Defesa do Consumidor. Vale o mesmo para o Procon Estadual. Não é mais possível conviver com o aumento abusivo no combustível em Porto Alegre, não se registra isso em nenhuma outra capital brasileira. Não sou eu quem está dizendo, são os órgãos oficiais: ANP e Procon. Mas para além da divulgação do preço abusivo, Presidente Valter, a Câmara tem que cobrar as medidas punitivas àqueles que estão desrespeitando o cidadão, inclusive tirando a comida da mesa dos que trabalham e dependem, sim, de um preço justo no combustível. Existe incidência tributária: quase 50% - 47% mais precisamente -, mas é também preciso reconhecer que não só o aumento na refinaria incide naquilo que é cobrado em Porto Alegre, incide também algo que nós desconhecemos e que está acima

do que é praticado no Brasil inteiro. Providências urgentes ao Procon de Porto Alegre, providências urgentes à ANP, porque os proprietários e responsáveis devem ser punidos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. André Carús. A Presidência fica à disposição para encaminhar qualquer documento que os Vereadores compreenderem que seja cabível.

O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR TARCISO FLECHA NEGRA (PSD): Boa tarde, Presidente; Vereadores e Vereadoras; todos os que nos assistem; hoje foi uma manhã de muita alegria, Presidente. Eu participei, na manhã de hoje, da inauguração do primeiro *parklet* na Rua dos Andradas. O espaço de convivência foi instalado em frente ao Boteco Histórico. A iniciativa faz parte de uma indicação minha ao Poder Público, de revitalização da Rua da Praia, que é uma das referências culturais da nossa Cidade. Eu defendo que temos que construir uma Porto Alegre para as pessoas, não somente para os carros. Nossa Cidade precisa de mais espaço público voltado para o convívio social. Nada melhor do que transformar a Rua da Praia em uma referência cultural da Capital gaúcha. Eu defendo também que as pessoas possam criticar, mas que também apresentem soluções, porque nós somos os fiscais de Porto Alegre, nós temos que criticar, mas temos o dever também de apresentar soluções, porque nós moramos nesta Cidade, e esta Cidade é nossa. Eu quero agradecer o Prefeito Marchezan, o Sr. Matheus Ayres, Assessor do Vice-Prefeito; o Ver. Moisés Barboza, Líder do Governo da Câmara de Vereadores; o Sr. Marcelo Soletti, Diretor-Presidente da EPTC; o Sr. Leandro de Lemos, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico; o Sr. Luciano Marcantônio, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana; e parceria técnica com a Fernanda Dutra. Todos estiveram presentes no evento que marcou a inauguração do *parklet*, na Rua dos Andradas. Todos esses tiveram participação decisiva nessa etapa, que marca o início da transformação do Centro de Porto Alegre. No momento da inauguração, passou uma senhora que me perguntou se era meu o projeto - aquilo não foi um projeto e, sim, uma indicação. Eu venho fazendo essa indicação há dois anos. Agradeço muito o Prefeito,

pois foi muito sensível a esse pedido. Aquilo não é meu projeto, e, sim, minha indicação por morar ali há 20 anos. Os empresários investiram nos *parklets*, eles são da iniciativa privada, a Prefeitura não está colocando nada; a única coisa que a Prefeitura fez foi ir lá para a inauguração, e a EPCT também ajustou a sinalização do espaço para que nós, na Rua da Praia – que é o cartão-postal de Porto Alegre – tenhamos, sim, verdadeiramente um cartão-postal de convivência, pois sentimos falta disso, Ver.^a Comandante Nádia. Nós sentimos falta dessa convivência, que é o que o Brasil e as grandes cidades estão precisando.

Então, por isso, eu falo que é muito fácil criticar, mas e a solução? Se cada um de nós, que somos fiscais desta Cidade, olharmos com olhos críticos, mas profundos no que podemos ajudar a Cidade que amamos, a Cidade onde moramos – essa é a verdade. Por isso, eu agradeço muito todos que estiveram junto nessa indicação, nesse projeto lindo e maravilhoso, que vai marcar a transformação do Centro de Porto Alegre, que é o nosso cartão-portal. A Rua da Praia, onde temos a Centro Cultural Mario Quintana; as casas tombadas; a Igreja N.^a Sr.^a das Dores; o Mercado Público mais adiante, a esquina democrática. A Rua da Praia, que não tem praia, é uma rua que nós adoramos. Eu acho que essa convivência vai nos fazer mais humanos, é o que está faltando no nosso País, é o que está faltando nas grandes metrópoles. Ninguém mais tem tempo, ninguém tem mais disposição, há uma pressa tão grande, que as pessoas não têm mais tolerância. Então, temos que voltar a esse convívio humano, que é ele que vai nos livrar um pouco dessa violência e dessa insegurança que nós vivemos.

Então, Presidente, tudo o que estiver ao meu alcance e que for bom para Porto Alegre, estarei sempre ajudando e assinado embaixo, porque é a Cidade que eu gosto, é a Cidade que eu amo, é a Cidade que realizou os meus sonhos e é a Cidade que vai realizar os sonhos dos meus filhos e dos meus netos. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Tarciso Flecha Negra. O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RODRIGO MARONI (PODE): Sr. Presidente, queria, antes de mais nada, ratificar aqui o que falei na semana passada, sobre a sarna animal ser transmissível aos

humanos e, de fato, ela o é. Eu já peguei duas ou três vezes, e quero dizer que é uma situação pela qual muitos veterinários e auxiliares passam todas as semanas ao atenderem os animais doentes.

Mas eu subo aqui, na verdade, para falar sobre a questão dos projetos, pelas inúmeras polêmicas que geram. Desde que eu assumi aqui na Câmara, quero dizer que em todos os Municípios – e eu conheço em todos os municípios a realidade dos animais – há uma ausência plena de uma política de assistência aos animais, Ver. João Bosco Vaz. Porto Alegre, lamentavelmente, é um dos locais piores, talvez, seguido apenas de Alvorada e Viamão; o Litoral empata com Porto Alegre e Canoas, na minha visão.

Aqui eu queria ler alguns projetos que apresentei nesta Câmara. São duzentos e poucos, não vou conseguir citar todos: um hospital público 24 horas, inclusive nos finais de semana, porque animal não tem hora para ser atropelado ou morrer - nenhum político, nenhum jornalista me chamou para falar sobre isso, nem debochar de mim, mas também não foi aprovado aqui, como nenhum projeto. Uma delegacia de animais, já que há estupros, assassinatos e crimes contra animais - nenhum jornalista, nenhum político me ironizou, nem me chamou para discutir. Nenhum! Há um silêncio absoluto sobre isso por parte dos jornalistas e políticos. Uma ambulância veterinária, projeto que apresentei e vou doar aqui - nenhum jornalista ou político me chamou para perguntar. A visitação de animais domésticos para pessoas em tratamento em hospitais, em estado terminal - nenhum político ou jornalista me chamou para debater. Um banco de ração para os Municípios - nenhum político ironizou, nenhum jornalista me chamou para debater. Um banco de remédios para animais – tudo projeto meu –, nenhum político, nenhum jornalista me chamou para se informar. A prevenção e punição para quem, ao conduzir seu automóvel, não recolher, socorrer um animal ferido – não recebi ligação de nenhum jornalista dos jornais Zero Hora ou Correio do Povo, ou daqueles políticos que fazem panfletos sobre o assunto. Inclusive, vou começar a passar o telefone dela quando me ligarem, para que atenda os animais que atendo, já que deveria ser uma função dos prefeitos. Vou começar a passar o celular desta deputada, que gosta de debochar e ironizar os meus projetos. Um código de proteção para os animais, para todos os animais - nenhum político, nenhum jornalista. A inclusão do conteúdo de direitos animais no currículo, para que, futuramente, as crianças possam ter mais consciência - nenhum político ou jornalista me chamou para conversar sobre isso. Um atendimento de urgência

– Samuvet, ninguém me procurou. Uma verba salarial para protetores, que cumprem o papel dos Municípios - nenhum político, nenhum jornalista. O sepultamento de animais domésticos em um cemitério municipal para animais - nenhum político ou jornalista me chamou. As coleiras reflexivas, para que os animais não sejam atropelados; adesivos, em locais visíveis, para restaurantes receberem animais; uma delegacia eletrônica para tratar das causas animais - nenhum político, nem a deputada, nenhum jornalista me chamou. E sou debochado e ironizo quando, na verdade, poderia ir à frente da Prefeitura com um bicho atropelado, com um bicho morto, com um bicho assassinado, e cobrar do Prefeito - mas não é minha função. Mas eu boto o meu salário, os caras vêm debochar da minha cara, os jornalistas de quinta categoria e até essa deputada vêm debochar da minha cara! Eu quero, um dia, ir ao gabinete dela e perguntar quantos animais ela salvou, em quantos ela botou a mão! Eu não aceito e nem vou aceitar, mesmo que todos esses duzentos e poucos projetos não vão para a imprensa e nem para os políticos; vou ficar gritando sozinho aqui. E sabem por que eu faço uma coisa que não é da minha função? Porque não existe hospital 24 horas, e porque não tem Prefeitura, no Rio Grande do Sul, que atenda animais. Por isso eu tenho que estar com a mão na merda, e por isso me ironizam. E por isso me acham louco, o diferente, mas não tenho que ouvir desaforo! Não vou aceitar e eu quero que algum jornalista, que debocha de mim, me chame para debater esses duzentos projetos, assim como eu quero que os políticos me ajudem a aprová-los. Aí o Maroni não precisará gritar mais; mas tem duzentos e poucos projetos, que deveriam ser aprovados aqui, mas nenhum foi. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Maroni. O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós vimos, na semana passada e no decorrer desta, que a nossa Cidade, na visão do nosso Prefeito, está na UTI. O Prefeito protocola todos os seus projetos com urgência. Todos os seus projetos no afogadilho, projetos que mexem com a vida das pessoas. O Prefeito que não teve, em nenhum momento, nesse um ano e cinco meses de mandato, competência de fazer o que prometeu na campanha: o novo, o moderno.

Porque nada de novo aconteceu na Cidade. Porque a política de aumentar impostos é velha, veio nas naus, veio com o império, é mais velha do que andar para frente. Quando o Governo é incompetente, ineficaz para tratar do bem público, ele aumenta imposto e coloca a culpa no funcionalismo público; ele não faz o que tem que fazer. E os projetos do Governo, tirando um ou outro, ou tiram direitos dos servidores ou aumentam impostos. Não têm criatividade. No início, o Governo tinha um pouco de criatividade: vamos diminuir o número de secretarias, vamos fazer isso, fazer aquilo. Mas agora é a mesma choradeira dos outros governos. Não combate.

O Governo reuniu, nessa semana, quinta ou sexta-feira, todos os conselheiros do Orçamento Participativo e foi o mesmo chlalalá do ano passado. Não mudou nada! Chegou a ponto de dizer que, por causa da dívida de Porto Alegre, a Cidade se encontra em estado crítico. Quando um conselheiro lá disse que grande parte desses problemas era da União e do Estado em função dos repasses, em função das dívidas, ele disse que não era culpa da União e do Estado; que a culpa era das más gestões públicas! O Prefeito está há um ano e meio governando a Cidade; o seu partido esteve junto com os outros gestores públicos; o seu partido esteve junto nos governos Fogaça e José Fortunati, como está junto no Governo Federal. E vir dizer que não participou das outras gestões, dizer que não estava nas outras gestões é muito simples! Agora, é também como no Estado, ninguém está junto com o Sartori. O Sartori governou até alguns dias atrás com todos os partidos; agora nenhum partido está com o Sartori. O PSOL não está, o Solidariedade não está, o PT não está, e parece que o DEM não está, mas os restantes estão todos com o Sartori. É como aqui: estavam todos com o Fortunati, estavam todos com o Fogaça, o Governo estava no Governo. E aí o Governo vem com políticas velhas, como aumentar impostos e tirar direitos dos servidores, porque em nenhum momento nos projetos constava: “Será para os novos servidores, que entrarem no quadro do Município”. E acham que isso é saída. Só que o Prefeito, lá na reunião com os conselheiros, disse que esses projetos serão para implementar as obras do Orçamento Participativo. O Prefeito está mentindo para alguém. Ou está mentindo para os conselheiros do Orçamento Participativo, ou está mentindo para a população de Porto Alegre, ou está mentindo para a Câmara de Vereadores. Porque uma hora diz que os projetos são para dar uma arrumada nos cofres da Prefeitura; e lá no Orçamento Participativo diz que é para começar a fazer as demandas do Orçamento Participativo. Então é uma coisa que

não se explica, é uma coisa que não condiz. Primeiro tem que dizer para o que servem os recursos, se vierem a ser aprovados esses projetos. Para que servem os recursos? Se são para sanar as finanças do Município, ou se são para cumprir as demandas reprimidas do Orçamento Participativo. Dizem os conselheiros que são para isso. E aí diz para os conselheiros - e lá era uma plenária democrática -, mas ele estava com muitos seguranças e todas as pessoas, que lá adentravam, tinham que se identificar, apresentar RG, uma série de exigências. São coisas que nunca aconteceram nas reuniões dos conselheiros do Orçamento Participativo. Esse é o novo jeito de Governar a cidade de Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Janta. O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Presidente Valter, colegas e todos que nos acompanham. Eu gostaria de parabenizar a luta de vários Vereadores e também do Ver. Tarciso por espaços, como os que foram inaugurados hoje, dos *parklets*. A gente, da Frente Parlamentar de Recuperação do Centro Histórico, luta muito pelo resgate do Centro Histórico, que está realmente deteriorado. Mas subi aqui na tribuna para dividir com vocês algumas preocupações quanto à história. Estou usando o tempo do PSDB para dizer que a gente reconhece as direções partidárias que participaram das administrações de Porto Alegre. Só corrigindo aqui o que o Ver. Cláudio Janta disse, digo que o PSDB, sim, com muito orgulho, participou da administração do Governador José Ivo Sartori, deu a sua contribuição e agregou o que pôde de valor técnico ao Governador Sartori, que repito, é um grande homem, um grande gaúcho. Não é um homem envolvido com qualquer coisa escusa, é um trabalhador honesto, acima de qualquer suspeita. É um gaúcho a ser admirado; podemos discordar, e os partidos podem discordar ideologicamente. O Governador José Ivo Sartori teve o apoio do PSDB e, em todas as pautas positivas e na luta de um Estado quebrado e falido, contou com apoio do PSDB. Nós não recusamos, publicamente isso, temos orgulho disso. E temos muito respeito pelo Governador José Ivo Sartori, que faz o possível e o impossível para tirar o Rio Grande do Sul do estado em que se encontra. Quero assumir o compromisso com os Vereadores e

Vereadoras, meus colegas, independente de partido ou bloco, e deixar claro que eu já tive um ano de aprendizado e ainda estou aprendendo: toda vez que algo for dito, na minha presença, e não for a verdade verdadeira, terei que subir aqui nesta tribuna para deixar claro. Então o PSDB, sim, com muita honra e orgulho, apoiou o Governador José Ivo Sartori, e agora temos aí, partidariamente, uma caminhada que o próprio Governador José Ivo Sartori respeita. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Moisés. O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): Vim aqui, primeiro, me posicionar. Já tinha colocado isso em vários momentos: ninguém é contra, no que se refere ao projeto do IPTU, à correção de valores, desde que os parâmetros estejam dados e claros, de forma nítida e transparente. Agora, o que não dá para fazer é como se anuncia no projeto em questão: um cheque em branco para o Executivo fazer o que realmente quiser neste projeto. A isso realmente não somos favoráveis e não vamos tolerar aumento de imposto. Mas o que vim falar aqui, em última análise, é sobre aquela premissa que conversava, na semana passada, da banalização do pedido de urgência nos projetos. Nós, primeiro, tínhamos oito projetos. Hoje acordamos com 16 projetos do Executivo com pedido de urgência. E o que mais preocupa e que nunca aconteceu nesta Casa, é de nenhum desses pedidos serem votados. O que normalmente acontecia aqui na Casa: o Governo, através do Prefeito e do Vice-Prefeito, solicitava ao líder do Governo que pedisse o regime de urgência na Casa, e os projetos, a partir daí, acabavam sendo votados. O que não tem ocorrido e o que não vai acontecer se o recurso que nós vamos interpor não tiver êxito. Então, nós precisamos é de uma questão de independência do Parlamento. Se esses pedidos de urgência não forem votados – eu ouvi falar aqui da possibilidade de judicialização, a partir do Executivo, por parte dos Vereadores -, isso é uma exacerbação do pedido de urgência, Ver. Oliboni. No próprio Parecer do Procurador Municipal, nos autos do processo, ele coloca essa possibilidade e dá como exemplo o que aconteceu em Campo Bom. Em Campo Bom foi observada a extrapolação da solicitação do regime de urgência, sem ser votado pelo plenário, e o Judiciário entendeu que o Prefeito, lá naquela oportunidade, estava

exacerbando o seu poder. Portanto, veio e acabou mediando esse processo. É isso que vai acontecer aqui. Olha o que o próprio Procurador exara no seu Parecer: “O Executivo passará a considerar todos os seus projetos urgentes, ou a solicitar urgência para projetos ou conjunto de processos que pela sua extensão e complexidade [que é o caso do projeto do IPTU, que é o caso do projeto de Regime de Tempo Integral do Funcionalismo] não podem ser votados em prazo exíguo”. Nesse sentido, o TJ-RS já decidiu na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 70044821329, pela Inconstitucionalidade de uma série de leis do Município de Campo Bom, aprovados em regime de urgência. Isso está exarado no próprio Parecer do Procurador da Câmara. Então, 16 projetos em regime de urgência, isso é uma extrapolação da condição de Executivo Municipal, isso demonstra enorme falta de diálogo e falta de prioridade nos seus projetos. Por isso, nós reiteramos aqui, com base no art. 99, com base em outros artigos da Lei Orgânica do Município, como do Regimento Interno desta Casa, que primeiro, seja recebido o recurso e que seja dado efeito suspensivo, como diz o artigo 99. Segundo, que os projetos venham para este plenário, Ver.^a Mônica Leal, e que não estejam em regime de urgência. E terceiro: caso haja o entendimento do plenário de que esses projetos continuem em regime de urgência, que este seja democraticamente votado.

Então, de forma muito tranquila, utilizando inclusive os argumentos e o Parecer do Procurador da Casa – que talvez, se soubesse que eram 16 projetos e não os 8 iniciais, tivesse exarado um parecer diferente, com base nas suas próprias colocações –, a partir dessa peça que eu acabei de ler, nós solicitamos, em nome do mandato que nos é concedido, nós vamos protocolar, sim, e diversos Vereadores aqui já assinaram – Ver. Roberto Robaina, Ver. Prof. Alex Fraga, Ver. Aldacir Oliboni, Ver.^a Sofia Cavedon, Ver. Marcelo Sgarbossa, Ver. Cláudio Janta, Ver. Mauro Zacher, Ver. João Bosco Vaz, Ver. Paulinho Motorista, Ver. Airto Ferronato –, esse recurso, e que possamos, sem dúvida nenhuma, participar de um processo legislativo democrático e sério, o que esta Casa e esta Cidade exigem. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Vereador-Presidente, senhoras e senhores, Ver. Oliboni, Ver. Adeli, sigo no mesmo debate, porque ele vai ser um divisor de águas, não é, Ver. Janta? Não pode contar o tempo enquanto vocês não estão me ouvindo, porque é um diálogo bem importante! Será um divisor de águas, nesta Casa, essa decisão que vamos tomar: se esta Casa vai aceitar, se este Parlamento vai aceitar que o Prefeito imponha o ritmo, e olhem a gravidade desse novo ritmo. Pelo que o Presidente da Casa concordou e homologou, inclusive, nós teríamos projetos da gravidade dos projetos que estão aí – previdência, vida dos municipais, carreira – votados sem nenhum parecer das Comissões. Os senhores se deram conta disso? Pela modelagem, não cai nem no sistema de reunião conjunta das Comissões. Encerrados os 45 dias, Ver. Robaina, vota, com nenhuma análise de Comissão, algo que nunca aconteceu nesta Casa com projeto nenhum – nunca, desde que eu estou aqui, duvido que antes. No mínimo, a CCJ tinha que ter emitido o parecer. Então, pelo entendimento da Procuradoria, decorridos os 45 dias, vai à votação, tranca a pauta e vai à votação. Não tem análise da CCJ, não passa pela CUTHAB, não passa pela CEFOR, não tem análise técnica nenhuma. Esse é o entendimento, isso é o fim, acabou o Parlamento. Isso é gravíssimo! E eu gostaria de chamar a atenção, porque eu também, no primeiro momento, não tinha entendido assim, tinha entendido que, decorridos os 45 dias, teríamos que fazer as reuniões conjuntas das Comissões. Não! Não é esse o entendimento da Procuradoria da Casa. O Presidente acabou homologando e encaminhando, mas nós vamos fazer recurso, porque isso é extremamente grave, suprime qualquer debate no Parlamento, é sim ou não, é debate no plenário. Então não é aceitável. Mais que isso, os projetos de alteração da Lei Orgânica, sendo que há artigo expresso no Regimento – se não me engano, também há na Lei Orgânica – dizendo que esses projetos não poderiam ser objeto de urgência. A Procuradoria entendeu que sim, então se fragiliza completamente uma cláusula pétrea. Não é à toa que a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre precisa de 24 votos, é porque ela precisa de um processo diferenciado, porque é para ser uma determinação para o Município de duração sólida e protegida, de difícil incorporação e de difícil modificação. Não é possível! A partir do nada, da vontade do Prefeito Municipal, entram projetos na Casa, e 45 dias depois são votados, sem Comissão nenhuma tomar posição sobre isso ou fazer a sua avaliação técnica, para a gente ter uma orientação no plenário.

Vamos lembrar que a tramitação por Comissão é para instrumentalizar a decisão geral, porque nem todos participamos de todas as Comissões, nem todos dominamos todas as áreas, e a tramitação faz esse sentido. Então, este é um momento extremamente delicado. A expectativa da Cidade sobre o IPTU, por exemplo, é de debate, é de apropriação. A sociedade em geral não aceita mais nem votação secreta, muito menos votação sem um debate amplo, sem audiências públicas, sem uma chamada para a população compreender o que está ocorrendo, sem a possibilidade de a população falar, que outra é a gravidade. É que, por exemplo, os municipais não poderão ir às Comissões, porque nós, no entendimento de um rito sumário como este, teremos que obstruir, porque serão 45 dias para uma vida inteira, para 20 mil funcionários, para perspectiva da sua aposentadoria - é um tempo exíguo para quem está trabalhando, e trabalhando sob o tacão, inclusive, do medo, do ponto das análises que a Prefeitura faz, e o controle de ponto está impossibilitando, inclusive, de os funcionários virem conversar conosco.

Então, é muito grave. Não dá para esta Casa entrar no diapasão, entrar no ritmo e na lógica que o Prefeito tenta impor em Porto Alegre. Ele, no ano passado, comprou conflito com todos os setores, só não começou ainda este ano, porque ele ainda está preparando as maldades, porque as maldades recém chegaram a esta Câmara. Mas o Prefeito tomou um desgaste com a Cidade inteira no ano passado. Inteira! Não me digam que há um setor satisfeito com o Prefeito da cidade de Porto Alegre! E nós não vamos absorver esse modo de governar do Prefeito Marchezan. Não vamos! Se os empresários aqui vieram, foi porque a Cidade estava paralisada! Paralisada, e o Prefeito só anda desse jeito! E esse Prefeito paralisa a Cidade e tem uma péssima avaliação da Cidade. A nossa Casa não irá entrar no ritmo do Prefeito. Terá que ouvir a Cidade, garantir democracia, e garantir que o resultado disso aqui seja um diálogo verdadeiro e transparente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Eu quero lembrar aos Vereadores que, quando está automático, o sistema corta em cinco minutos e dá uma tolerância de mais um minuto. Eu tenho sido extremamente tolerante, só não quero pedir para cortar o microfone em respeito ao mandato de cada um dos Srs. Vereadores.

Vereador Dr. Thiago (DEM): Presidente, estamos interpondo recurso, nos termos do art. 99 do Regimento, contra a decisão do regime de urgência encaminhado pelo Prefeito em todos os projetos. Tem assinatura de 14 Vereadores. Já pedimos, de antemão, o efeito suspensivo de tramitação, que nos é garantido pelo art. 99.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Eu peço que o senhor encaminhe pelo Setor de Protocolo. Eu vou receber e vou analisar na forma regimental.

Vereador João Bosco Vaz (PDT): *Hashtag* “desbloqueia o gordo”.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O tema é sério, Srs. Vereadores. Eu sei que a gente pode brincar de vez em quando, mas o tema é sério, só para que não se passe uma má impressão para quem está assistindo em casa. Às vezes, nós temos que saber o limite da brincadeira e da seriedade das coisas.

O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos acompanha pela TVCâmara e também nas galerias; não poderia, depois das últimas manifestações, deixar de vir à tribuna em nome da bancada do PTB, para, mais uma vez, tratar do tema do pedido de regime de urgência dos projetos do Executivo. Parece que o regime de urgência virou o principal tema deste Legislativo. Como eu já havia falado anteriormente, não vou repetir os mesmos argumentos, mas vou trazer um estudo que a minha assessoria fez que justifica o regime de urgência previsto na nossa Lei Orgânica. Esse dispositivo está previsto na Constituição Federal. “Art. 64 A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início na Câmara dos Deputados. § 1º O Presidente da República poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa. § 2º Se, no caso do § 1º, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não se manifestarem sobre a proposição, cada qual sucessivamente, em até quarenta e cinco dias, sobrestar-se-ão todas as demais deliberações legislativas da respectiva Casa, com exceção das que tenham prazo constitucional determinado, até que se ultime a votação”. Ou seja, Ver. Márcio Bins Ely, a Constituição Federal faz essa

previsão, e por que os constituintes colocaram isso lá? Justamente, para que se um presidente, que não tenha maioria nas Casas Legislativas, consiga levar seus projetos de lei a plenário para que sejam votados. Este foi o intuito do constituinte de 1988. Em 1989, isso se replicou na Constituição do Estado, no Art. 62, que tem a mesma redação, que diz a mesma coisa, só que no Estado são trinta dias. Se em trinta dias não forem apreciados, estarão sobrestadas todas as demais matérias. Acho estranho que alguns Vereadores venham aqui dizer que isso nunca foi utilizado; realmente, em Porto Alegre, não se tem notícia, mas no Estado é muito comum. O Governador Rigotto utilizou 116 vezes esse recurso; a Governadora Yeda utilizou 116 vezes, e o Governador Tarso utilizou 462 vezes o regime de urgência – o Ver. Ricardo Gomes que me passou o *link* que faz referência a essa matéria. Nunca acho que é demais gastar energia com aquilo que está se discutindo no Parlamento, mas tratar daquilo que é líquido e certo, ler o mesmo Parecer da nossa Procuradoria e ter interpretação adversa ao que está escrito, não sei realmente qual é o intuito. Porque, ao final e ao cabo, tudo terminará neste plenário, sendo ou não com urgência; o voto final é do plenário. Acho que vamos gastar uma energia – para mim não tem dificuldade nenhuma – desnecessária, Ver. Alvoni. O rito é claro, está claro na Lei Orgânica, por simetria da Constituição Federal e da Constituição Estadual. E é muito claro o art. 95 da Lei Orgânica, que bem reproduz aqui a nossa Procuradoria, e faz, inclusive, a diferenciação do art. 94 do nosso Regimento, que é quando o Vereador pede. Quando o Vereador pede regime de urgência, aí, sim, trata-se de um requerimento e tem que ser votado em plenário. E aí remete ao art. 110, que tem a previsão de, em cinco dias, realizar uma Reunião Conjunta das Comissões. O art. 95 faz exatamente essa referência e, logicamente, a nossa Lei Orgânica é a Constituição do Município, é superior ao nosso Regimento. E o nosso Regimento, quando fala do regime de urgência dos projetos encaminhados pelo Prefeito, é no art. 112, e ele não faz, nada mais, nada menos, do que remeter ao art. 95 da Lei Orgânica. E no art. 95 da Lei Orgânica, se fosse de interesse dos legisladores municipais, quando aprovaram a Lei Orgânica, que tivesse algum outro encaminhamento, estaria lá previsto, mas isso não seria possível porque é uma disposição constitucional, ela vem sendo traduzida, como eu disse, dado o art. 64 da Constituição Federal e dado o art. 62 da Constituição Estadual. Muito obrigado e um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Ver. Cassio, em certos momentos, o debate político, seja por interesse político, seja por irracionalidade, assume cores que na verdade não me interessam. Eu, mais uma vez, agradeço a sua manifestação, porque nada mais, nada menos, a Presidência está fazendo do que cumprir aquilo que determina o Regimento, segundo a interpretação do Presidente, que é o interprete do Regimento. Isso é o nosso Regimento que diz, e corroborado pela manifestação da Procuradoria. Então, está garantida a instância recursal para os Vereadores que vão fazer, mas quero fazer uma advertência aos Srs. Vereadores: todo esse tempo que será gasto, agora, nessas questões, está sendo subtraído da discussão dos projetos, porque, ao fim desses 45 dias, quando esses processos trancarem a pauta, não terá havido a discussão por força daqueles hoje que estão dizendo que não se quer fazer a discussão. Essa é a única advertência que me cabe fazer aqui, no cumprimento do Regimento que tenho que seguir. (16h15min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o Requerimento s/nº , de autoria do Ver. Cláudio Janta, em renovação de votação da Emenda nº 01 ao PLE nº 035/16. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 9 votos **SIM**; 13 votos **NÃO**.

Esta Presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à votação do Requerimento nº 062/18. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em votação o Requerimento nº 062/18. (Pausa.)

Vereador Cláudio Janta (SD) (Requerimento): Sr. Presidente, eu peço que seja individual, primeiro, a São João Batista e, depois, a Ortopedia.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): É o mesmo Requerimento, segundo me informa a Diretoria Legislativa, Vereador.

Vereador Cláudio Janta (SD): Olha, são duas instituições diferenciadas, uma é um centro de reabilitação e a outra é uma empresa. Então, acho que os requerimentos foram individuais, eu gostaria de vê-los.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Estão aqui à sua disposição, Ver. Cláudio Janta, por favor.

Vereador Cláudio Janta (SD): Sr. Presidente, retiro o requerimento.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, o Requerimento nº 062/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.)

APROVADO por 25 votos **SIM**; 1 **ABSTENÇÃO**.

Ver. Cláudio Janta (SD): Sr. Presidente, só para deixar claro por que pedi votação nominal e o porquê da minha abstenção. No meu mandato, eu não voto em concessão de título ou em qualquer coisa para empresas, desde que apresente junto à previdência o depósito de FGTS. Então, foi uma questão de mandato meu. Por isso pedi abertura de painel e me abstive, já fiz a declaração de voto. Obrigado.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Cláudio Janta, fica registrado nos Anais.

Em votação o PLL nº 255/17. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Professor Wambert está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Sr. Presidente, colegas Vereadores, eu venho aqui apelar aos colegas e pedir o voto para este projeto que concede o Título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao Desembargador José Aquino Flôres de Camargo, conhecido por todos nós, um atuante na defesa da justiça, presidiu o nosso Tribunal, um cidadão ilustre da nossa Cidade, que transita em todas as esferas, em todos os campos políticos, um homem que tem grandes serviços prestados à sociedade rio-grandense e sobretudo à nossa Cidade Porto Alegre, de quem ele é filho. Portanto, estamos propondo

este título de cidadão emérito. Precisamos de 24 votos dos colegas, uma maioria qualificada, e aqui venho encaminhar e pedir aos colegas que apoiem este projeto, que é mais que digno e merecedor. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Em votação nominal o PLL nº 255/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 26 votos **SIM**.

Vereador André Carús (PMDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem de priorização de votação, para que possamos, imediatamente, discutir e votar o PLL nº 143/17, que institui a feira da Praça Jaime Telles, destinada à comercialização de artesanatos, artes culinárias e produtos da economia popular. Justifico o requerimento porque é uma feira que, com o acompanhamento e o apoio da própria Prefeitura Municipal, já está em funcionamento, aos sábados; e, no próximo dia 9 de junho, completa um ano das suas atividades. Inclusive ressalto que há até um substitutivo que foi criado para concertar o projeto. Após, retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. André Carús. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em discussão o PLL nº 143/17. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal, por solicitação desta Presidência, o Substitutivo nº 01 ao PLL nº 143/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 27 votos **SIM**.

Vereador Dr. Thiago (DEM) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 060/17 por uma Sessão.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Dr. Thiago. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Vereadora Sofia Cavedon (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do Requerimento nº 037/18 da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dezoito Vereadores presentes. Não há quórum.

(16h37min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA

Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Alvoní Medina está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ALVONI MEDINA (PRB): Boa tarde, Sr. Presidente Valter Nagelstein, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste através da TVCâmara e aqueles que se encontram aqui nas galerias, hoje estou aqui nesta tribuna para relatar aos nobres colegas uma atividade da Frente Parlamentar da Defesa do Direito da Pessoa Idosa, da qual sou proponente e atualmente presidente. Após sermos procurados por representantes de grupo de convivência que trazem com profunda preocupação a possibilidade de extinção da FASC que está sendo veiculada na mídia, achamos importante trazer esse diálogo para dentro da Frente Parlamentar e para esta Casa Legislativa. No dia 27 de abril, realizamos mais uma reunião com o tema “Diálogo em

Defesa dos Grupos de Convivência da FASC”. Nobres colegas Vereadores, pude constatar a angústia e preocupação dos idosos que participam dos grupos de convivência da FASC devido a algumas matérias veiculadas na mídia dando conta do fechamento da FASC, pois isso afetará diretamente os grupos de convivência ligados à FASC, que atualmente são mais de 40, com a participação de mais de 1.300 idosos semanalmente, além dos 380 idosos que estão em instituições de longa permanência. Presenciei neste dia relatos emocionados como o da Sra. Lourdes, do CRAS Norte, que afirmou que os idosos não querem ficar em casa, e sim viver e continuar participando das oficinas que estão fazendo falta. O Sr. Luiz Carlos Freitas, do Grupo Mãos Amigas, do CRAS Hípica, destaca que o verdadeiro lucro de entidades sociais é o bem-estar das pessoas, enfatizando que essa satisfação na vida dos idosos tem impacto na sociedade, fazendo com que as mesmas deixem de tomar mais medicamentos. Cito a Sra. Maria Helena, do Grupo Amigos da Hípica, a qual destacou que nós, Vereadores, fomos eleitos para também legislar para os idosos, e ainda destacou que dentro dos grupos de convivência da FASC existem forças para resistir a essa extinção da FASC. Devo aqui sublinhar, meus caros amigos, a importância do significado de convivência grupal para os idosos que dele fazem parte, pois é um processo de crescimento desse seguimento longo, e também é um trabalho que permite a reaproximação de sua família, e, mais ainda, que o idoso se sinta aceito e respeitado pelos familiares, por aqueles que antes o criticavam ou discriminavam. É nesse sentido que vemos a importância que a FASC tem no cotidiano de milhares de pessoas, muitas delas em situação de vulnerabilidade social e, às vezes, de extrema vulnerabilidade social. A FASC, ao longo dos anos, vem sendo referência no Brasil na implementação de políticas públicas na área da assistência social. Quero, de forma especial, enaltecer os trabalhadores da FASC, que mesmo na adversidade vem desenvolvendo um papel fundamental na vida desses idosos de Porto Alegre, que é a capital com maior proporção de idosos na população, representando mais de 15%. Agradeço a todos e deixo esse tema para reflexão dos nobres Colegas, e que Deus abençoe a todos. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Alvoní Medina. O Ver. Dr. Thiago está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): Eu vou voltar, Ver. Janta, à análise dessa questão que é bastante complexa e que tem muitos argumentos, com relação à questão do regime de urgência. Eu quero trazer aqui o que está consolidado no art. 64 da Constituição (Lê.): “A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início na Câmara dos Deputados”. Isso já foi lido, mas não foi colocado aqui, em muitos momentos, o que diz o § 4º(Lê.): “Os prazos do § 2º [que se refere às votações] não correm nos períodos de recesso do Congresso Nacional, nem se aplicam aos projetos de código”. O que quer dizer isso? São aqueles projetos mais complexos. Como este Parlamento vai analisar e votar adequadamente 16 projetos, alguns deles que versam sobre a vida da Cidade, como eu falei aqui da questão do IPTU, outros versam sobre os servidores públicos, sobre a totalidade dos servidores públicos da cidade de Porto Alegre, num prazo de 45 dias? Isso não existe! Isso não é possível! São projetos que denotam a necessidade de muito tempo de análise e, sem dúvida nenhuma, são projetos extremamente complexos. Além disso, volto a dizer, nós estamos banalizando o regime de urgência, o que nunca aconteceu nesta Casa. Ninguém é contra o Executivo priorizar os seus projetos, o correto seria o Líder do Governo fazer isso, ter a prerrogativa de fazer isso. Nós não somos contra a votação do regime de urgência desses projetos, mas não dessa forma sem votação. O projeto pode, como já foi dito aqui, Ver.^a Lourdes Sprenger, não passar por nenhuma Comissão; ele pode não ter parecer de nenhuma Comissão e vir à votação em plenário – projetos complexos que mexem na vida da Cidade. Então, acho que nós não podemos assinar esta carta em branco, será, sem dúvida nenhuma, uma grande submissão do Parlamento ao Executivo Municipal.

Os projetos dos servidores trazem à montã uma economia – entre aspas, porque, na verdade, é uma destruição das carreiras públicas – em torno de R\$ 20 milhões, R\$ 30 milhões. Só o projeto que foi trazido aqui pelo Ver. João Bosco Vaz hoje das teles é R\$ 70 milhões. O Município vai abrir mão de R\$ 70 milhões! Não se pode ter dois pesos e duas medidas para essas questões. Portanto, nós entendemos e voltamos a bater nessa tecla de que o regime de urgência na Casa precisa, sem dúvida nenhuma, ser votado. Nós precisamos, enquanto Parlamento, ter a prerrogativa de votar esses regimes de urgência, como sempre ocorreu. Não se pode, de forma antidemocrática, de forma irregular, fazer

com que esses projetos acabem vindo para o plenário sem sequer avaliação e votação de qualquer Comissão. Isso realmente é subverter a ordem do processo e diminuir o Parlamento Municipal. Nós não acreditamos que isso deva ocorrer. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Dr. Thiago. O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde a todos que nos acompanham. Em primeiro lugar, eu vim aqui fazer um comentário que não será novidade após ouvir os Vereadores que me antecederam. Quero, já de pronto, dizer que não procede essa informação dita aqui. A Administração não vai abrir mão de R\$ 70 milhões, nem de R\$ 30 milhões, nem de R\$ 50 milhões na questão das teles. Eu quero pedir para o Ver. Thiago me dizer onde está escrito ou quem é que disse que esta Administração vai abrir mão de qualquer recurso. Isso não procede, Ver. Thiago, temos que ser honestos. E eu quero dizer o seguinte, Ver. João Bosco Vaz, a Administração não vai abrir mão; agora, se algum jornal disse isso, que seja responsabilizado por ter dito. Não há nenhum movimento para anistiar dívidas. Inclusive, tem um projeto nesta Casa, dentre os que estão aqui para serem votados, de uma lei de responsabilidade fiscal municipal e do Cadin Municipal. Essas empresas que devem têm que pagar, quero deixar bem claro isso.

Sobre a questão da discussão, o Presidente Valter já deixou claro que os Vereadores têm prazo para fazerem seus recursos. Eu quero deixar claro aqui que eu entendo que é um ano eleitoral, mas eu queria fazer um apelo para os Vereadores, para que o interesse da Cidade ficasse acima dos interesses eleitorais. Eu vejo que existem vários colegas aqui que, inclusive, sabem, e eu quero fazer um agradecimento público aos integrantes desta Casa, do entendimento que é assim no Brasil, é assim no Estado. Infelizmente, os Vereadores aqui saíram para protocolar e não ouviram o Ver. Cassio Trogildo, e quero agradecer ao Ver. Cassio pela pequena aula que ele deu aqui hoje, que deixou claro que aqui no Rio Grande do Sul, inclusive, no governo do PT, o Governador Olívio, mais de 400 vezes – o Ver. Cassio tem ali nos números – usou da prerrogativa de emergência no Legislativo Estadual. O nosso Governo usou mais de 100 vezes. O Governador anterior, mais de 100 vezes! Então, eu sei que é um ano eleitoral, é bacana fazer um discurso,

angariar os insatisfeitos, os que estão insatisfeitos com os projetos, as corporações que são atingidas. Ninguém disse que os projetos são simpáticos. São projetos que alguns levam uma carga sim, e são rotulados como impopulares, mas são projetos que precisamos enfrentar o debate. E o Ver. João Bosco Vaz, aqui nesta tribuna, deixou claro, que o Prefeito que vier a ser eleito e não tiver uma maioria, não vai ter os seus projetos apreciados nunca! Nós temos 45 dias... Bom, que nós façamos o nosso trabalho e que a gente leve às comissões a discussão. Temos 45 dias, então que a gente reúna a CCJ, que reúna a CUTHAB e faça a discussão dos projetos, que a maioria não é novidade. Quem disser que é novidade aqui, ou não frequenta a Câmara, não lê os projetos, ou está sendo leviano, porque têm projetos aqui que são conhecidos e debatidos há quase 30 anos em Porto Alegre! Há Vereadores aqui, eu entendo, faz parte da democracia, que já têm um não. São contra e acabou. Eles veem os projetos, achando a desculpa, ou seu embasamento para votar um “não”, que já está decidido antes! Tem Vereador aqui que apresenta emenda, aprova emenda, mas vota contra, depois o projeto, mesmo tendo a emenda aprovada, porque ele já tem o “não”. Então, gente, eu faço um apelo aos Vereadores que sabem que essa discussão jurídica não se sustenta: não façam o Presidente Valter Nagelstein e nós, Vereadores, pagarmos o mico de ter um mandado judicial para que, simplesmente, seja cumprida a lei. Aí sim é colocar este Legislativo de joelhos. De novo, eu faço um elogio público não só ao Ver. Cassio, mas ao nosso Presidente, que falou isso com todas as palavras nesta tribuna. Isso sim seria colocar o Legislativo numa condição que não é a condição que nós merecemos, ou que almejamos, quando fizemos o juramento de respeitar a lei. Todos temos o direito de pensar diferente? Sim, mas eu peço, por favor, que os Vereadores que sabem que é assim no Brasil, que é assim no Estado, que é assim nas outras Capitais: não façam a gente perder o nosso tempo, que é tão precioso e que os porto-alegrenses precisam que seja utilizado para aprovação do nosso trabalho dentro da Ordem do Dia. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Moisés.

Vereador João Bosco Vaz (PDT): Para esclarecimento, Sr. Presidente, sobre a questão do projeto das antenas, esse projeto que chegou agora. O Procurador Marisco, sobre a

dívida, responde: “Friamente, a dívida segue valendo, mas, nessa nova forma, pode ser que o pagamento se dê sob forma de contrapartidas”. Porto Alegre, a Prefeitura precisa é de dinheiro, não precisa de contrapartidas. Esse é o esclarecimento, Presidente.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. João Bosco Vaz. A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Mendes Ribeiro.

Eu quero, desde já, agradecer muito a sua presença na sexta-feira, no Brasil de Ideias, lá no Hotel Sheraton, juntamente com o Ver. Mendes Ribeiro e com o Ver. Felipe Camozzato.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (PMDB): Sr. Presidente, foi um belo debate que nós participamos. Como funcionária de estatal, eu escolhi hoje o tema “a lei das estatais”, que, embora prevista na Constituição de 1988, somente em 2016 foi criada a Lei nº 13.303, e, ao que tudo indica, apenas agora, em 2018, é que teremos, finalmente, a plena vigência da chamada Lei das Estatais, como uma nova ordem jurídica na gestão de empresas públicas, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias. Já não era sem tempo que se chegasse a um dispositivo que regresse as relações de comando, porque os inúmeros escândalos que se veem no dia a dia, envolvendo o setor público, escancaram uma deficiência jamais esperada na gestão de recursos. Empresas públicas, estatais, como a Petrobrás; os primeiro, segundo e terceiro escalões, que tiveram seus nomes manchados por desvios de dinheiro público, por maus gestores; por pessoas indicadas para cargos de direção, que não honraram o patrimônio público a elas confiado, como se as empresas dos governos federal, estadual e municipal fossem parte de um imenso balcão de negócios quando, na verdade, o País, o Estado e o Município são de todos nós. É chegada a hora, passados quase 30 anos da promulgação da Constituição, da regulação do Estatuto Jurídico da Sociedade de Economia Mista e de suas subsidiárias. A seriedade, a confiabilidade, a transparência, o profissionalismo, a qualificação e a busca da eficácia e eficiência de gestão no controle da administração pública são condições mínimas e essenciais para recuperarmos o desenvolvimento, sem riscos dos desvios de recursos das estatais. Medidas como código de conduta, maior rigidez na fiscalização e auditorias, critérios de nomeação para cargos públicos, para

direção de empresas estatais com reconhecidos saber e experiência administrativa são pré-requisitos que precisamos ter. E mesmo que apenas agora passe a entrar em vigor em sua plenitude, é preciso saudar o avanço no sentido do resgate político diante da descrença e do desgaste que vivenciamos até aqui. As novas normas e critérios para processos de licitação também devem ser saudadas como um avanço na condução da contratação de bens e serviços necessários para a transparência da gestão pública. Se até então era possível dividir cargos em fatias para serem distribuídas apenas por indicações políticas, em troca de apoio político e da governabilidade, agora passamos a ter critérios de escolha mais claros e precisos no sentido de qualificar e profissionalizar ainda mais as relações de Poder e da Administração. A Lei das Estatais prevê qualificação dos agentes públicos que vão compor diretorias e conselhos de administração. Há tempos dispomos de Tecnologia da Informação e agilidade de comunicação que ajudam na fiscalização das ações do ente público em todas as esferas, sendo possível aprimorar o controle da Administração. Assim como legislamos dentro dos preceitos da responsabilidade fiscal, da transparência e da legalidade, temos na Lei das Estatais mais um instrumento normativo no sentido de aprimorar o nosso sistema republicano. O fato de agentes públicos, políticos e empresários estarem envolvidos nas diversas instâncias da Operação Lava Jato, por exemplo, com denúncias, algumas a serem apuradas, ou denunciados, empresários e políticos presos e outros tantos citados e investigados por má administração, ou até mesmo corrupção, manchando assim parte da classe política, não quer dizer que não tenhamos políticos sérios, homens e mulheres dispostos a trabalharem pelo bem comum e dentro da legalidade, do que é permitido por lei. Porque é através da mediação política e da comunidade que são encaminhadas as demandas, criadas as leis, elaborados projetos e executados os programas para atender aos anseios da sociedade. Nós, como representantes legais desta sociedade e eleitos legitimamente, estamos neste Parlamento, debatendo, confrontando ideias, mas, ao mesmo tempo, guiados pela nossa consciência e pelo nosso eleitorado. A cidadania é que deve falar mais alto diante das nossas escolhas, e é nesse sentido que a Lei das Estatais vem contribuir para o aprimoramento da política. Desejamos que a partir da vigência dessa lei, mesmo que necessite aperfeiçoamentos e adequações, venha para nos conduzir no caminho certo para o desenvolvimento das relações políticas e sociais. Avalio positivamente tudo que se possa fazer em nome da seriedade, da transparência e

da qualificação na política para o benefício de todos e especialmente da democracia, porque é este o nosso compromisso, o bem-estar da sociedade e da cidadania. Mais controle e menos riscos com a gestão pública; mais qualificação e menos negligência nos cargos públicos a serem ocupados; mais benefício e menos desperdício nas contratações de bens e serviços públicos. E a Lei das Estatais pode não ser perfeita ou até parecer rígida demais num primeiro momento, mas se faz necessária para o aprimoramento das relações entre o público e o privado, entre os políticos e os cidadãos, entre os gestores públicos e a sociedade a quem servimos. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver.^a Lourdes Sprenger. O Ver. Moisés Barboza está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Paulo Brum.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Boa tarde, Ver. Valter; Ver. Cláudio Janta, o senhor está liberado para sua viagem, não vá se atrasar; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, vou ter que insistir no tema, Ver. Dr. Thiago, infelizmente; não quero ser cansativo, Ver. Dr. Goulart, porque senão fica batido, Ver.^a Sofia, porque parece que está sendo inventada alguma uma coisa de outro mundo. E regime de urgência é algo que está consolidado nas instâncias jurídicas deste País desde a Constituição Federal, art. 64 – o Ver. Dr. Thiago esteve aqui e disse que no Congresso Nacional não pode se incluir no regime de urgência os códigos. Tem motivo, Ver. Dr. Thiago: os códigos levam 40, 50 anos para serem votados neste País! O senhor que é da área jurídica sabe de quando é o Código de Processo Penal. Por isso que legisladores constituintes excetuaram os códigos, na tramitação no Congresso Nacional, dos regimes de urgência. Agora, a Constituição Estadual não faz exceção, nem as emendas constitucionais, que assim quiseram os legisladores constituintes, de 1989, aqui no Estado do Rio Grande do Sul. Tanto não fazem diferenciação no Estado, que é um instrumento que todos os Governos usam, Ver.^a Lourdes. Vou ter que repetir aqui os números: o Governo Rigotto utilizou 166 vezes, natural; inclusive usam o regime de urgência e ainda convoca extraordinariamente nos recessos, o que na nossa Lei Orgânica não tem previsão. E na Assembleia, vou

repetir, são 30 dias, Dr. Thiago – 30 dias! Pois a nossa Lei Orgânica fala em 45 dias, e não faz exceção a nenhuma legislação, Ver. Moisés. E nós precisamos analisar dentro do norteamento da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre. Acho que estamos gastando energia naquilo que é claro e pacífico, quando deveríamos aprofundar, sim, a discussão dos projetos, como já falou o Líder do Governo aqui, Ver. Moisés, que não são novos. Talvez aquele que tem uma maior complexidade, que é a Planta Genérica do IPTU, além de não ser novo, tem uma comissão especial funcionando. Está aqui o Vice-Presidente da Comissão, Ver. André Carús, que inclusive já definiu um calendário com quatro audiências regionais e uma audiência pública ao final da discussão, que vai levar cerca de 55 dias, perto dos 60 dias, que é o prazo que tem a comissão especial para analisar. E, ao final dessa discussão, haverá uma audiência pública aqui, na Câmara Municipal, aliás, é objeto do requerimento que fiz à Mesa Diretora, para que seja realizada essa audiência pública ao final do trabalho, como bem estabelece o nosso Regimento, qualquer Vereador ou bancada pode solicitar audiência pública referente aos projetos que estão tramitando aqui, na Casa. E não é para ter também nenhuma autoria do pedido de audiência pública, como a Comissão não estava nem instalada, eu já fiz o pedido, como, no projeto anterior, fez o Ver. Mauro Zacher e nós acatamos na Mesa Diretora, na época, o nosso atual Presidente era Vice-Presidente. E nós, inclusive, havíamos anunciado que, para todos os projetos de grande importância, realizaremos audiência pública, mas, como houve o pedido do Vereador, a autoria do requerimento foi do Ver. Mauro Zacher. Mas eu estou entrando nesse assunto porque acabei de receber uma informação que nós vamos dar uma trabalhada nela em relação à audiência pública do projeto relacionado à Planta de Valores Genéricos.

Os projetos do funcionalismo são importantes, já discutimos o ano passado, teve uma comissão especial instalada na Casa, que tratou da grande maioria dos projetos do funcionalismo. São poucos, Ver.^a Mônica, os projetos que são novos, ou que não tratavam das matérias que estão sendo tratadas nos projetos do funcionalismo. Então, eu não acredito que se possa falar em açodamento, ou que o regime de urgência vai retirar qualquer protagonismo da Câmara Municipal e qualquer possibilidade de aprofundamento das discussões. Vamos lá, de novo, o IPTU teve poucas mudanças, analisamos, votamos aqui, durante quase 15 dias, nesta Câmara Municipal. Não fizemos comissão especial na outra oportunidade, comissão especial agora já instituída, quatro audiências regionais,

reuniões todas as semanas. Semana passada, veio o Secretário da Fazenda, esta semana, na quinta-feira, ele voltará. A comissão tem 12 Vereadores, mas já nessa última reunião tivemos Vereadores que não compõem a comissão e foram lá participar. Logicamente, a reunião é aberta, quinta-feira, pela manhã, normalmente não tem nada ordinário na Casa, os Vereadores também poderiam – aqueles que se interessassem mais profundamente pelo tema – estar lá acompanhando, porque realmente acho que é um tema importante que nós precisamos vencer nesta Casa aqui. Em especial sobre o tema do IPTU, tenho dito que trabalhei no Executivo durante 12 anos, estou no meu segundo mandato, Ver.^a Lourdes, e é uma pena que não estava na pauta, nós desconhecíamos a necessidade da reavaliação da Planta Genérica de Valores. Encerrando já aqui, o Executivo Municipal tem a prerrogativa de fazer a solicitação, está previsto na Constituição Federal e Estadual e, rigorosamente, o Executivo seguiu o que diz a nossa Lei Orgânica do Município de Porto Alegre. Muito obrigado, um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Ver. Cassio, obrigado. Enquanto o senhor falava, eu perguntei uma coisa ao Diretor Legislativo, porque nós tomamos uma decisão com relação ao seu requerimento de audiência pública acreditando, naquele momento, que ele era posterior à criação da comissão especial. Eu pedi que o Diretor se certificasse, ele está me informando que o seu requerimento é anterior à instalação da comissão.

Vereador Cassio Trogildo (PTB): Eu acredito que nem se fosse posterior, teria impedimento.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Se fosse posterior, aí a prerrogativa era...

Vereador Cassio Trogildo (PTB): Não, desculpe, mas o senhor está enganado.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Mas foi assim que a Mesa entendeu. Mas se é anterior, eu tendo a reconsiderar para que, de fato, não retiremos do senhor o protagonismo.

Vereador Cassio Trogildo (PTB): Agradeço.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Presidente Valter, a situação ainda está bem grave, o Ministério Público entrou com vários inquéritos civis, eu tenho a lista, sobre o tema da drenagem em Porto Alegre, porque, no ano passado, o Prefeito Marchezan fez vários acordos de procedimentos a tomar, mas não os cumpriu. Fizemos uma reunião há um mês com o Dr. Heriberto, e ele me disse isto: “Nós estamos furiosos com a Prefeitura de Porto Alegre”, e abriram vários inquéritos civis, inclusive sobre essa região aqui da Rua Sete de Abril, junto à Av. Farrapos, onde fica tudo alagado. Então, o Ministério Público está dando consequência a esse problema da drenagem urbana, porque tem atingido as famílias, entrado nas casas. Eu tenho certeza de que não é o fato de eu não falar aqui em tribuna que tem causado problemas na Cidade, com chuvas demasiadas. O problema é incompetência de gestão, essas Secretarias novas que o Prefeito criou não se acharam ainda, são grandes Secretarias. Na área social é um desastre total, quem assistiu, e vários Vereadores assistiram, ao relato do Conselheiros Tutelares, o Ver. Dr. Thiago estava, viu que é uma situação dramática. Na grande Secretaria de Desenvolvimento Social, há um desmantelamento total da rede de atendimento à criança e ao adolescente nesta Cidade.

Por isso esses tempos de Comunicações são muito importantes para nós. Amanhã estaremos, Ver. Oliboni, com o Prefeito, ele nos chamou para conversar, nós vamos levar várias pautas. E uma delas é essa intervenção absurda na Educação, aproveito o tempo de Comunicações para trazer mais um elemento, já falei várias vezes aqui o quanto foi retirada a gestão democrática da escola, a construção de um calendário com as famílias e conforme a discussão da comunidade escolar. Pasmem que o Prefeito – o Prefeito, não pensem que é o Adriano só, porque, em todas às vezes que eu falei ao Prefeito, os

senhores se lembram aqui, na Reunião de Lideranças, o Prefeito sustentou e mostrou conhecer as diretrizes do Secretário Adriano, da Educação... Pois o Secretário Adriano está impondo, Ver. Moisés... E eu gostaria que V. Exa. pudesse encaminhar isto: em vez de o recesso escolar ser em julho, que fosse na primeira semana de agosto. A Escola Loureiro da Silva inclusive me mandou cópia, o Presidente do Conselho Escolar, de dois recursos do Conselho Escolar ao Secretário, porque o entendimento da SMED é de que tem que dividir o ano letivo exato, metricamente, metade no primeiro semestre e metade no segundo. Então, a parada de uma semana cai em agosto, cai na primeira semana de agosto. Imaginem: a escola para na última semana de julho, e os professores vão parar na primeira semana de agosto, porque a SMED usa uma métrica autoritária. Não é aceitável isso. Para dar um elemento, Prof. Alex, não sei se viste este tema do recesso ser em agosto. Então, levaremos, amanhã, este tema ao Prefeito, mais uma vez, porque esta imposição é incompetente e arrogante, porque os diretores de escola têm me falado que eles têm que dar as alternativas do que funcionará com a equipe de RH, eles têm que ajudar a equipe de Recursos Humanos da SMED que é incompetente, é centralizada numa pessoa que não consegue resolver problemas de simples provimento de pessoal, como tirar um professor de uma escola que está excedente e colocar noutra que está precisando e assim otimizar recursos. Então esta questão do recesso, das biometrias, do cumprimento das horas do planejamento serem todas determinadas dentro da escola, isso torna impossível os professores irem a um museu com seus alunos, irem a um teatro, verem um filme ou um DVD em casa para preparar uma aula... Não pode, tem que ser dentro da escola, sem recursos e sem espaço. Isso nós vamos levar ao Prefeito.

Eu vou tratar, no final do meu tempo, do tema da urgência, Ver. Cassio Trogildo. O Prefeito inclusive cita a Assembleia Legislativa, cita o Senado, é uma novidade nesta Câmara de Vereadores. É uma questão que nós tínhamos preservado, porque é muito importante, para a democracia, nós construímos, através do Líder de Governo, na reunião de Lideranças, e quando havia divergência nós buscávamos o entendimento no plenário e nós mantínhamos uma autonomia para o Parlamento poder determinar o seu ritmo e responder, sim, claro, à Cidade e ao Prefeito sobre isso. Porque não tem cabimento o Prefeito pedir urgência de 45 dias em 16 projetos, e ele pediu todos em 45 dias. Inclusive me parece que já está pressionando e contando o tempo, desde que entrou. Então isso não é aceitável. Eu vou citar a previdência complementar. Ela é uma

novidade, ela é estranha, o Município já tem dois sistemas de previdência concorrentes e concomitantes. Então nós temos que tratar com muita atenção. Quem é que domina aqui previdência? Quem é que tem o domínio de tudo o que está escrito e proposto, as consequências? E mais, se esses projetos viessem com um debate prévio bem feito com a Cidade, mas não. Inclusive os projetos de previdência sequer têm parecer do Conselho do Previmpa; agora que eles estão discutindo. Então isso não é aceitável e esta Câmara tem que preservar o seu espaço. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Vereadores. Com isso concluímos os trabalhos no dia de hoje. Agradeço muito e um bom final de tarde. Até a próxima quarta-feira.

(Encerra-se a Sessão às 17h17min.)